

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 2007
(Valores em R\$)

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, com sede em Brasília – DF, é Empresa pública de direito privado, criada pelo Decreto-Lei 509, de 20/03/69, e vinculada ao Ministério das Comunicações. Rege-se pela legislação federal e por seu Estatuto. Sua estrutura administrativa-operacional é constituída pela Administração Central – AC, composta pelos Conselhos de Administração e Fiscal, pela Diretoria, pelos Departamentos e Órgãos do mesmo nível e por 28 Diretorias Regionais. Atua no segmento postal, sendo detentora da exclusividade sobre os serviços de recebimento, transporte e entrega de carta, cartão postal e correspondência agrupada e o recebimento, transmissão e entrega de telegramas, conforme previsto na Lei 6.538/78. Na área financeira, presta serviços de pagamento a aposentados e pensionistas da previdência social; e como correspondente bancário realiza serviços básicos de abertura de contas correntes e de poupança, saques, depósitos, bem como recebimento de títulos, dentre outros.

NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas em conformidade com a legislação societária vigente, Lei nº 6.404/76 e sua recente atualização pela Lei nº 11.638 de 28 de dezembro de 2007.

NOTA 3 – PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

O resultado, apurado pelo regime de competência, inclui os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais a índices e taxas oficiais incidentes sobre ativos e passivos circulantes e a longo prazo.

3.1 – Estoques: avaliados pelo custo médio de aquisição, que não supera os preços de mercado e é inferior ao custo de reposição.

3.2 – Investimentos: registrados pelo custo de aquisição, acrescido de correção monetária até o exercício de 1995 e deduzidos da provisão necessária à sua realização a valor de mercado.

3.3 – Imobilizados: demonstrados pelo custo de aquisição ou construção, corrigidos monetariamente até 1995, observadas as Leis 7.799/89 e 9.249/95 e Decreto 332/91, e depreciados pelo método linear. Ainda, conforme disposto na legislação, desde 2007 ocorreu a mudança da taxa de depreciação de 20% para 25% relativo a motos e caminhões (veículos motorizados). As taxas de depreciação aplicadas aos bens da ECT são as seguintes:

Natureza do Imobilizado	Taxa Anual
Imóveis	4%
Equipamentos de Informática	20%
Instalações, Máquinas e Equipamentos	10%
Veículos Motorizados Leves	20%
Veículos Motorizados Pesados e Motos	25%
Veículos não-motorizados	20%
Outras imobilizações	20%

3.4 – Diferido: demonstrado pelo valor de custo, ajustado por amortizações a partir da data em que começam a ser usufruídos os benefícios, em períodos que não ultrapassem o prazo máximo de dez anos, estabelecido na Lei 6.404/76.

3.5 – Demais ativos: apresentados pelo valor de realização acrescidos dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até o exercício de 1995.

3.6 – Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo: registrados pelos valores conhecidos ou estimados, acrescidos dos correspondentes encargos e variações monetárias.

3.7 – Provisões: os critérios de constituição das provisões para alcances, prejuízos a apurar, débitos de agências de correios franqueadas inadimplentes, débitos de agências de correios comerciais, valores em cobrança jurídica, reclamações trabalhistas/cíveis, durante o exercício, tiveram seus critérios de constituição revisados no exercício de 2006 e são os seguintes:

3.7.1 – Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa: constituída ao final do exercício, com base no percentual correspondente à relação entre a soma das perdas ocorridas nos últimos três anos e o saldo da conta de Faturamento a Receber referente aos clientes particulares, existente no final do último exercício. Considerando que os Órgãos Públicos por questões circunstanciais de insolvência não entrem em processo de falência, os valores devidos dessas entidades não fazem parte do cálculo desta provisão.

3.7.2 – Provisão para Alcances: constituída mensalmente, à base de 99% do saldo registrado até o mês anterior na conta Alcances, para absorver perdas causadas por detentores de valores e/ou bens da Empresa;

3.7.3 – Provisão para 13º Salário: constituída mensalmente, no valor correspondente a 1/12 (um doze avos) da remuneração de cada empregado, e encargos sociais respectivos;

3.7.4 – Provisão para Férias: constituída mensalmente, no valor correspondente a 1/12 (um doze avos) da remuneração de cada empregado, acrescido do adicional de 70% e encargos sociais respectivos para todos os empregados desde 2007;

3.7.5 – Provisão para Prejuízos a Apurar: constituída mensalmente à base de 90% do somatório dos saldos acumulados até o mês anterior das subcontas Prejuízos a Apurar Delitos Internos e Prejuízos a Apurar Delitos Externos, utilizada para fazer face às perdas referentes a roubos, furtos, extravios e espoliações, cujos processos se encontram em fase de apuração;

3.7.6 – Provisão para Agência de Correios Franqueada Inadimplente (ACFs): constituída mensalmente, à base de 30% do saldo registrado até o mês anterior da subconta ACFs Inadimplentes, e 90% dos saldos acumulados até o mês anterior das subcontas inadimplentes com Cobrança Judicial e Descredenciadas com Cobrança Judicial, para absorver possíveis perdas referentes a inadimplências das Agências de Correios Franqueadas;

3.7.7 – Provisão para Débitos de Agências de Correio Comercial (ACC): constituída mensalmente, à base de 73% do saldo registrado até o mês anterior na subconta Inadimplentes e 98% do somatório dos saldos acumulados até o mês anterior das contas Inadimplentes com Cobrança Judicial e Descredenciadas com Cobrança Judicial;

3.7.8 – Provisão para Valores em Cobrança Jurídica: constituída mensalmente, à base de 97% do somatório dos saldos acumulados até o mês anterior das subcontas Cheques em Cobrança Jurídica e Outros Direitos em Cobrança Jurídica, para fazer face às perdas decorrentes de valores ou títulos entregues ao órgão jurídico para cobrança;

3.7.9 – Provisão para Reclamações Trabalhistas/Cíveis: constituída à base de 100% do valor de cada demanda judicial ajuizada contra a ECT, cujo desfecho seja avaliado, pelos consultores jurídicos, como de perda provável;

3.8 – Imposto de Renda e Demais Tributos

A Empresa apura o Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ com base no Lucro Real por períodos trimestrais. As provisões foram constituídas mensalmente à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescidas do adicional de 10%, nos termos da legislação vigente.

Aplicam-se à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, no que couberem, inclusive quanto à opção pelo período de apuração e pagamento, as disposições da legislação do imposto de renda. As provisões foram constituídas mensalmente à alíquota de 9% incidente sobre o lucro antes do imposto de renda, ajustado pelas adições, exclusões e compensações determinadas ou autorizadas pela legislação vigente.

A Contribuição para Formação do Patrimônio do Servidor Público – PASEP e a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS foram calculadas no exercício de 2007 à alíquota de 0,65% e 3%, respectivamente, sobre a receita total, efetuadas as exclusões e diferimentos permitidos pela legislação.

NOTA 4 – DISPONÍVEL

4.1 – Caixa: em 31/12/2007 o valor de R\$114,8 milhões, em caixa, estava distribuído, de maneira heterogênea, em 5.967 Unidades de Atendimento, presentes em todos os Estados da Federação. Esse montante destina-se a satisfazer obrigações de pagamentos de benefícios do INSS, Vales Postais, entre outras, nos primeiros dias do mês de janeiro de 2008.

4.2 – Aplicações: as disponibilidades financeiras, decorrentes de receitas próprias, estão aplicadas nos Fundos de Investimentos Extramercado Exclusivo no BBDTVM, nas carteiras compostas por Letras Financeiras do Tesouro (LFT), Nota do Tesouro Nacional (NTN-F), Letra do Tesouro Nacional (LTN) e operações compromissadas, registradas pelo valor líquido de realização, na data do balanço, conforme detalhado a seguir:

APLICAÇÃO	VALOR	PARTE
LFT	1.482.639.469,91	51,05%
LTN	909.403.313,04	31,31%
NTN-F	30.046.666,08	1,03%
Op. Compr. (1 dia) ¹	200.189.468,13	6,89%
Op. Compr. (longa)	152.300.848,05	5,24%
Subtotal	2.774.579.765,21	95,53%
Ajustes ²	(113.153,82)	(0%)
Fundo Multimercado ⁴	129.748.117,87	4,47%
Total	2.904.214.729,26	100%
Imp. Renda	(3.413.897,69)	(0,12%)
Líquido	2.900.673.676,67	99,88%

VENCTO	RENTA FIXA			TOTAIS
	LFT	LTN e NTN-F	OP COMP	
2008 ³	587.986.968,51	585.074.247,12	352.377.162,36	1.525.438.377,99
2009	240.409.443,93	285.080.263,74		525.489.707,67
2010	132.601.344,07	69.295.468,26		201.896.812,33
2011	199.697.030,51			199.697.030,51
2012	106.460.383,05			106.460.383,05
2013	215.484.299,85			215.484.299,85
TOTAIS	1.482.639.469,92	939.449.979,12	352.377.162,36	2.774.466.611,39

¹ Operações Compromissadas deduzidas dos ajustes. ² Tx. Adm. CPMF, ajuste mercado futuro e outros na gestão do fundo-13.

³ A diferença de valor entre o total de 2008 e o item Aplicações do Ativo Circulante se refere ao provisionamento do IR.

⁴ Deve possuir políticas de investimento que envolvam vários fatores de risco, sem o compromisso de concentração em nenhum fator, no caso específico, CDI e câmbio.

Ainda, todo excesso de caixa que a ECT aplica em fundos de investimento, está de acordo com a Resolução do Banco Central do Brasil nº3.284/2005 que dispõe sobre a forma de aplicação das disponibilidades oriundas de receitas próprias das Empresas públicas e das sociedades de economia mista integrantes da Administração Federal Indireta.

NOTA 5 – CRÉDITOS

NATUREZA DO CRÉDITO	2007	2006
Serviços Faturados	521.466.016,86	653.155.468,18
Serviços a Faturar	38.966.615,41	35.053.006,21
Cartões de Crédito	660.279,66	434.008,01
ACF/Prestação de Contas	51.772.319,96	50.897.330,99
ACF/Débitos Negociados	36.121,62	340.562,33
Débitos Internacionais	51.088.184,42	39.566.528,42
Débitos AGC	96.516,71	121.052,03
Débitos ACC	2.159.389,64	2.403.972,74
Outros Débitos de Clientes	64.278.850,32	32.691.467,35
Total	730.524.294,60	814.663.396,26

5.1 – Serviços Faturados: representam os direitos da empresa por serviços prestados/venda de mercadoria a clientes e estão suportados por faturas em cobranças bancária, administrativa ou jurídica. Do total dos serviços faturados, existia a inadimplência há mais de 365 no total de R\$160,9 milhões. Para não prejudicar a comparação com o exercício anterior, houve a reclassificação para 2006.

FATURAS VENCIDAS HÁ MAIS DE 1 ANO	Clientes Privados	%	Órgãos Públicos	%
<=1999	13.412	17,9	5.563	6,5
2000	6.837	9,1	3.765	4,4
2001	11.394	15,2	4.993	5,8
2002	11.629	15,5	11.824	13,8
2003	8.295	11,0	4.429	5,2
2004	6.732	9,0	6.609	7,7
2005	9.099	12,1	9.163	10,7
2006	7.740	10,3	39.435	46,0
TOTAL	75.138	100,0	85.782	100,0

5.2 – Serviços a Faturar: representam os direitos da Empresa por serviços prestados a clientes, em processo de emissão de fatura de cobrança.

5.3 – ACF/Prestação de Contas: refere-se aos direitos da Empresa junto a franqueados, correspondente à arrecadação da última quinzena do mês.

5.4- Débitos Internacionais: corresponde aos direitos junto a clientes e Correios internacionais com os quais a ECT mantém parceria comercial. Esses valores foram corrigidos pela variação do Direito Especial de Saque – DES, na data do balanço.

5.5 – Outros Débitos de Clientes: refere-se a créditos da Empresa, principalmente relativos a serviços prestados ao INSS. Do saldo de faturas vencidas há mais de 365 dias, R\$160,9 milhões foram reclassificados para Realizável a Longo Prazo visando melhorar a fidedignidade dos índices da Empresa.

NOTA 6 – ESTOQUES

Os materiais em estoque estão avaliados pelo custo médio de aquisição e armazenados em dois grandes Centros de Distribuição de Materiais, responsáveis por suprir, sistemática e tempestivamente, as unidades administrativas, além de 5.967 Unidades de Atendimento e demais unidades operacionais.

MATERIAIS ESTOCADOS	2007	2006
Combustíveis e lubrificantes	109.005,00	131.999,81
Material para consumo	26.356.583,56	26.567.468,07
Material para revenda/almoxarifados	6.305.451,86	6.048.358,42
Material para revenda/Agência	6.820,09	49.846,83
Material destinado à alienação	0,56	69.647,59
Material em trânsito	207.024,46	2.737.129,72
Material em consignação	1.086.353,55	67.732.245,78
Outros	0,00	8.247,20
TOTAL	34.071.239,08	103.344.943,42

NOTA 7 – OUTROS VALORES E BENS

7.1 – Adiantamentos

ADIANTAMENTOS	2007	2006
Adiantamento para Pequenas Despesas	6.409,95	28.802,00
Adiantamento Salarial	1.818.699,18	2.024.312,10
Adiantamento 13º Salário	0,00	1.968,20
Adiantamento de Férias	71.992.620,06	56.459.533,72
Empregados Cedidos	2.795.031,00	3.038.353,19
Outros débitos de empregados	3.895.346,49	4.161.864,33
Convênios Bancários	0,00	50,00
TOTAL	80.508.106,68	65.714.883,54

7.1.1 – Pequenas Despesas: adiantamentos a empregados da Empresa, para pagamento de despesas sujeitas a posterior comprovação, desde que estas não possam ser realizadas pelo processo normal de compras e caracterize atendimento de caráter estritamente excepcional ou emergencial.

7.1.2 – Salarial: caracterizam-se como adiantamento salarial, os débitos de empregados decorrentes de cobertura de saldo negativo e de qualquer outra forma de antecipação salarial autorizada, compensável em folha de pagamento, exceto adiantamento de férias.

7.1.3 – Férias: adiantamento de salário concedido por ocasião do gozo de férias, cuja devolução poderá ocorrer em até 5 (cinco) parcelas.

7.1.4 – Empregados Cedidos: valor devido, por órgãos públicos, à ECT relativo às despesas com remuneração e encargos de empregados a eles cedidos.

7.1.5 – Outros débitos de empregados: o montante de R\$3,9 milhões refere-se a débitos decorrentes de prejuízos causados por empregados à Empresa. Em 2006, o valor de R\$4,2 milhões fazia parte da rubrica OUTROS CRÉDITOS (n.e. 7.6).

7.1.6 – Convênios Bancários: refere-se aos valores recolhidos pela ECT ao Banco conveniado, provenientes de depósitos efetuados por clientes em conta corrente ou poupança, como também, de valores provenientes de recebimentos de contas.

7.2 – Valores a Compensar

DIREITOS A COMPENSAR	2007	2006
Salário-família	50.131,21	55.577,78
Salário-maternidade	259.986,28	360.609,17
IRRF/Aplicações financeiras	20.474.997,98	30.419.450,52
IR a restituir	4.070,10	0,00
ICMS a recuperar/compensar	54.837,45	351.590,05
IR – retido na fonte – Lei 9.430	21.292.456,15	15.160.346,53
CSLL retido na fonte – Lei 9.430	4.306.924,73	3.022.223,55
COFINS retido na fonte – Lei 9.430	7.163.087,93	3.498.678,35
Pis/Pasep retido na fonte – Lei 9.430	1.551.988,72	763.620,68
INSS retenção por clientes	774.134,77	160.122,97
Recolhimentos indevidos – Lei 10.833/03	480.492,23	7.050.119,95
ISSQN retenção por clientes	21.710,11	1.237.673,60
Recolhimento indevido – INSS	521.912,34	639.099,42
INSS: pagamentos benefício/Empregados	468.471,89	566.854,57
Outros impostos e Encargos Sociais a Compensar	268.975,66	0,00
TOTAL	57.694.177,55	63.285.967,14

7.2.1 – Imposto de renda retido na fonte: o montante de R\$20,5 milhões refere-se ao Imposto de Renda, compensável, cobrado sobre os rendimentos das aplicações financeiras.

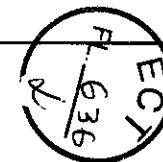
7.2.2 – Tributos e Contribuições/Lei nº 9.430: os valores R\$21,3 milhões (IRRF); R\$4,3 milhões (CSLL); R\$7,2 milhões (COFINS) e R\$1,6 mil (PIS/PASEP) referem-se aos tributos e contribuições retidos, por órgãos da Administração Pública Federal, quando do pagamento de produtos e/ou serviços adquiridos na ECT.

7.2.3 – Recolhimentos indevidos – Lei nº 10.833/2003: o montante de R\$480,5 mil refere-se aos valores recolhidos à Receita Federal do Brasil, decorrentes de retenções indevidas de tributos, os quais, atualizados pela SELIC, podem ser compensados com qualquer imposto ou contribuição administrado pela Receita Federal.

7.3 – Cobrança Jurídica/Inadimplência

DIREITOS EM COBRANÇA JURÍDICA	2007	2006
Faturas em cobrança jurídica	41.837.334,16	37.733.008,44
Cheques em cobrança jurídica	1.449.797,94	1.566.481,54
Outros direitos em cobrança jurídica	41.540.789,08	40.533.263,35
Faturas vinculadas a cheques em cobrança jurídica	10.119,18	10.119,18
Provisão p/ direitos cobrança jurídica	(41.719.604,03)	(40.787.138,60)
Alcances	29.962.148,73	26.127.674,45
Provisão para alcances	(29.149.121,99)	(25.662.610,66)
Inadimplentes ACF	6.158.432,64	1.899.223,25
Inadimplentes c/ cobrança jurídica	615.871,65	927.848,84
Descredenciadas c/ cobrança jurídica	30.339.031,61	29.312.516,69
Provisão p/ débito de ACF	(29.425.317,45)	(27.602.940,06)
TOTAL	51.619.481,52	44.057.446,42

7.3.1 – Faturas em cobrança jurídica: o montante de R\$41,8 milhões refere-se a débitos, em valores históricos, de empresas privadas inadimplentes, cuja cobrança é realizada pela área jurídica da Empresa. Para os débitos maiores que R\$1 mil e cuja cobrança judicial se mostre economicamente viável, é adotada a cobrança via judiciário.



Handwritten signatures and initials, including a large signature at the top right and several smaller ones below it.

7.3.2 – Outros direitos em cobrança jurídica: do montante de R\$41,5 milhões, R\$36,2 milhões se refere aos seguintes direitos:

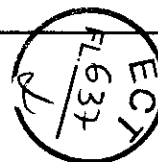
DEVEDOR	VALOR	PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Interunion Capitalização – Papa-Tudo	11.763.674,05		Notas promissórias em cobrança judicial – fórum S. Paulo/SP. Crédito habilitado na liquidação 1036/98 – Portaria 560/02 do BACEN – finalizando o pagamento dos débitos trabalhistas para dar seqüência de acordo com a ordem legal.
Alston – Contrato 10.572/2001	5.334.766,15	2004.34.00.014964-2 2004.34.00.018354-2	Ambos os processos conclusos para sentença.
Société Générale – Contrato 8.909/1997	19.107.150,03	2004.34.00.048887-8	Ofício do Juizado já expedido

7.3.3 – Alcances: o montante de R\$30,0 milhões refere-se a débitos, de empregados, decorrentes de ilícitos cujos processos (Tomada de Contas Especiais – TCE) foram enviados ao Tribunal de Contas da União – TCU para análise e julgamento.

7.3.4 – Descredenciadas c/ cobrança jurídica: o montante de R\$30,3 milhões refere-se a débitos de Agências de Correios Franqueadas – ACF, descredenciadas em face dos descumprimentos de cláusulas do contrato de franquia. Para esses casos, a ECT tem ajuizado ações de cobrança.

7.4 – Valores a Apurar

PREJUÍZOS EM APURAÇÃO	2007	2006
Prejuízos a apurar – delitos externos	11.463.784,78	9.409.936,36
Prejuízos a apurar – delitos internos	12.476.434,10	14.090.716,23
Provisão p/ prejuízos a apurar	(22.166.486,26)	(20.874.075,45)
Outros	283.404,22	183.902,52
TOTAL	2.057.136,84	2.810.479,66



7.4.1 – Delitos Externos/ Delitos Internos: os montantes de R\$11,5 milhões e R\$12,5 milhões referem-se aos registros de prejuízos causados, respectivamente, por terceiros ou por empregados, cujos processos de apuração de responsabilidades ainda não foram concluídos. Em face de a ECT ser uma entidade da Administração Pública Federal todos os danos causados ao seu patrimônio são comunicados à Superintendência da Polícia Federal.

7.5 – Provisão Para Perdas no Recebimento de Créditos: a Empresa com fundamento nos princípios contábeis e na Lei 9.430/96 (art. 9º e 10), converte, contabilmente para despesas, parte dos valores registrados nas contas citadas nas Notas 7.3.2; 7.3.3; 7.3.4 e 7.4.1 conforme diretrizes constantes da Nota 3.

7.6 – Outros Créditos

DIRETOS A REALIZAR	2007	2006
Notas promissórias	142.026,48	274.602,42
Vale postal internacional – importação	82.274,88	22.795,80
Outros débitos de terceiros	3.257.291,40	12.102.094,76
Outros pagamentos por conta de terceiros	3.401,00	1.515.591,15
Multas de trânsito	1.082.227,41	634.319,33
Ajustes balancete da União	0,00	1.195.814,26
Outros	59.640,94	(8.320,28)
TOTAL	4.626.862,11	15.753.538,00

7.6.1 – Outros débitos de terceiros: o montante de R\$3,3 milhões refere-se a débitos de ex-empregados, de clientes e/ou de fornecedores, em processo administrativo de cobrança.

NOTA 8 – REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

8.1 – Aplicações: vide Nota 4.2

8.2 – Créditos: o valor de R\$160,9 milhões refere-se a faturas vencidas há mais de 365 dias.

8.3 – Imóveis Funcionais: o valor de R\$5,5 milhões refere-se ao saldo remanescente, atualizado monetariamente, da venda, em 1991, de imóveis residenciais funcionais, cuja cobrança e recebimento das prestações estão sob a responsabilidade da Caixa Econômica Federal – CEF.

8.4 – Créditos Passíveis de Decisões Judiciais

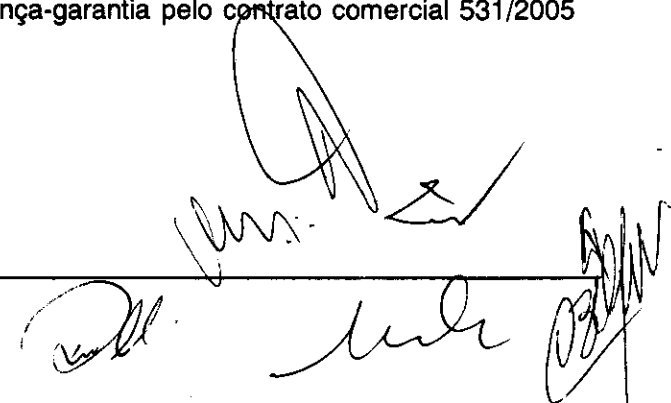
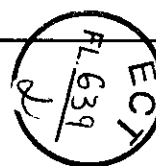
NATUREZA DO CRÉDITO	2007	2006
Depósitos judiciais	29.029.024,03	28.425.086,48
Depósitos recursais	34.891.022,74	35.276.887,95
Depósitos recursos administrativos	47.465.379,30	39.488.998,61
Assistência Jurídica – livre escolha	518.166,00	449.500,00
TOTAL	111.903.592,07	103.640.473,04

Os valores de R\$29,0 milhões; R\$34,9 milhões e R\$47,5 milhões referem-se aos depósitos realizados para fazer face às demandas judiciais em que a ECT figura como réu, cabendo ressaltar o seguinte:

- os depósitos judiciais são decorrentes de cumprimento de determinações judiciais;
- os depósitos recursais decorrem da interposição de recursos em instância superior em face de derrota em primeira instância;
- os depósitos recursos administrativos são valores, a favor do INSS, equivalentes a 30% do valor do auto de infração relativos às Notificações Fiscais de Lançamento de Débito – NFLD. Mediante esse depósito, a ECT interpõe recurso administrativo.

8.5 – Outros:

8.5.1 - Outros créditos a realizar: R\$14,2 milhões do saldo total refere-se ao depósito de poupança-garantia pelo contrato comercial 531/2005 com a Caixa Econômica Federal.



NOTA 9 – INVESTIMENTOS

Do montante de R\$15,4 milhões, os valores mais significativos são aqueles decorrentes de aplicações nos fundos FINOR e FINAM conforme art. 592, Decreto nº. 3.000, de 26/03/1999 – RIR/99. Cabe destaque, também, a reversão da provisão no valor de R\$2,1 milhões haja vista melhora no deságio dos títulos do FINOR no mercado durante o exercício de 2007.

NATUREZA DOS INVESTIMENTOS	2007	2006
Participações não relevantes	3.428.830,91	3.429.630,10
FINAM	12.793.728,91	12.793.728,91
FINOR	15.268.161,72	15.268.161,72
Provisão para perdas	(17.679.540,66)	(19.785.733,82)
Museus e coleções	683.283,53	649.660,13
Outros investimentos	894.386,50	894.386,50
TOTAL	15.388.850,91	13.249.833,54

NOTA 10 – IMOBILIZADO e DIFERIDO**10.1 – Imobilizações**

NATUREZA DO BEM	2007	2006
Bens imóveis	597.371.854,90	600.615.265,88
Terrenos	97.351.032,29	97.164.123,84
Prédios	454.030.248,02	450.278.407,86
Instalações em prédios próprios	260.261.589,82	224.458.118,98
Benfeitorias e instalações imóveis de Terceiros	133.571.755,89	120.282.443,36
Depreciação/ Amortização Acumulada	(347.842.771,12)	(291.567.828,16)

NATUREZA DO BEM	2007	2006
Bens móveis	1.019.949.522,63	1.143.077.370,49
Móveis e Utensílios	202.038.577,93	169.382.659,45
Máquinas e Equipamentos	1.165.711.543,38	1.147.244.981,06
Veículos Motorizados	292.918.857,74	298.688.752,11
Veículos não Motorizados	8.675.336,01	7.432.422,07
Ferramentas e Instrumentos	2.685.495,39	2.150.509,99
Equipamentos de Processamento de Dados	428.757.916,27	412.022.474,09
Softwares, Licenças e Similares	182.697.333,60	171.486.476,69
Depreciação/Amortização acumulada	(1.263.535.537,69)	(1.065.330.904,97)

NATUREZA DO BEM	2007	2006
Imobilizado em andamento	151.912.000,72	143.407.817,55
Obras em andamento	132.564.588,36	115.832.912,06
Aquisições de bens móveis em andamento	12.007.873,20	18.295.381,70
Material/bens a imobilizar	5.397.152,17	6.127.809,52
Adiantamento p/aquisição de imóveis	20.762,26	0,00
Adiantamentos p/ inversões fixas	66.992,00	66.992,00
PPA/SAA – Sistema de Automação de Agência	0,00	101.052,64
PPA/Rede Corporativa	739.853,98	1.049.769,87
PPA/Mecanização da Triagem	27.682,00	27.682,00
PPA/Rastreamento de Objetos	0,00	27.555,80
PPA/Sistema de Informação	0,00	414.751,50
PPA/Geoprocessamento	0,00	10.666,00
PPA/SCADA – Sistema de Captação de Dados	78.694,84	78.694,84
PPA/Gerenciamento de Fila	1.008.401,91	1.374.549,62

NATUREZA DO BEM	2007	2006
Bens intangíveis	289.004,03	296.119,00
Marcas, Patentes e Outros Direitos	196.117,22	196.117,22
Direito de Uso Linha Telefônica	92.886,81	100.001,78



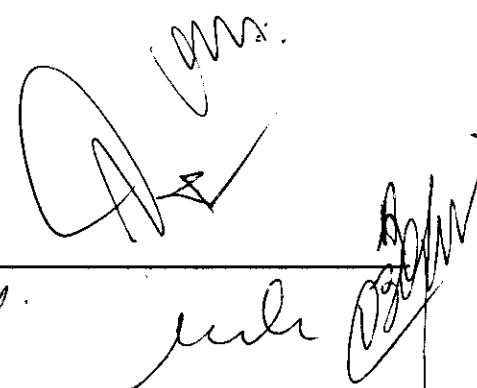
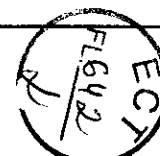
Handwritten signatures and initials, including a large signature on the right and several smaller ones below it.

10.2 – Gastos Diferidos

NATUREZA DO BEM	2007	2006
Gastos de implantações pré-operacionais	3.939.711,13	2.268.356,89
Imóveis próprios	4.694.847,53	2.648.382,09
Imóveis de terceiros	237.817,37	237.080,45
Amortização Acumulada	(992.953,77)	(617.105,65)

NATUREZA DO BEM	2007	2006
Projetos do Plano Plurianual – PPA	14.155.348,07	20.879.322,77
SAA – Sistema de Automação de Agência	6.122.530,06	6.170.091,85
Auto – atendimento	7.162.957,55	7.171.451,21
Rede corporativa	388.314,69	1.596.070,28
Mecanização da triagem	262.004,03	761.842,05
Rastreamento de objetos	14.099.133,88	17.397.840,13
Sistemas de informação	799.235,97	799.235,97
Geoprocessamento	4.149,13	5.335,95
Instalações e Mecanizações - Aporte tecnológico	104.070,96	104.070,96
SCADA – Sistema de Captação de Dados	77.395,15	189.784,93
Banco Postal	9.296.325,35	9.314.150,32
Outros gastos c/ implementações e projetos	6.014.624,88	6.014.624,88
Amortização Acumulada	(30.175.393,58)	(28.645.175,76)

NATUREZA DO BEM	2007	2006
Outros valores a amortizar	3.110.086,58	3.713.645,38
Estudos e projetos	859.743,24	1.197.832,20
Outras despesas a amortizar	5.040.769,53	5.024.201,43
Amortização Acumulada	(2.790.426,19)	(2.508.388,25)

NOTA 11 - PASSIVO CIRCULANTE

11.1 – Encargos Sociais: Ocorreu uma variação na ordem de (12%) no montante dos encargos sociais quando comparados 2007 (R\$140,3 milhões) com 2006 (R\$125,3 milhões) a qual tem explicação pelo acréscimo da folha de pagamento.

ENCARGOS SOCIAIS	2007	2006
INSS - empregador	53.993.877,62	42.828.259,26
Postalis - empregador	13.471.169,96	22.542.416,39
Senai adicional	417.236,26	213.391,98
Salário educação	5.136.911,91	2.893.083,58
FGTS	23.802.618,42	23.161.370,21
INSS - contribuinte individual	631.668,49	293.051,72
INSS - cooperativas	423.315,10	402.493,90
Postalprev - Empregador	824.184,54	493.877,76
Postalis a Amortizar – Serviço Passado	41.625.819,03	32.397.049,34
Outros encargos patronais	1.082,49	29.456,20
TOTAL	140.327.883,82	125.254.450,34

11.2 – Impostos e Contribuições: houve um aumento no saldo da conta de 2006 para 2007 de 93% causados, principalmente, pelo aumento do lucro e conseqüente incremento no Imposto de Renda/ Contribuição Social e, ainda, pelo acréscimo dos impostos vinculados à receita (PASEP e COFINS).

IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES	2007	2006
INSS Empresas - retenção fonte	3.594.340,54	2.070.389,18
INSS retenção - contribuinte individual	234.104,65	(25.526,96)
Obrigações Tributárias	85.096.535,00	57.910.459,45
INSS contribuinte individual	3.326,10	50.102,56
ISSQN - retido de terceiros	6.590,17	5.390,40
IRF - retido de terceiros	489,58	71.723,67
Retenções na fonte-LEI 9430/96	1.368,97	(12.783,90)
IRPJ	45.240.463,91	13.166.143,80
CSLL	16.725.516,18	4.980.349,87
TOTAL	150.902.735,10	78.216.248,07

11.3 – Dividendos a pagar: foram destinados dividendos de 50% do lucro do exercício ajustado, calculados nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76, no valor de R\$224,9 milhões. Vale destacar que a esse montante é somado o valor dos Juros sobre Capital Próprio no valor de R\$169 milhões. Assim, o total a recolher à União no transcorrer de 2008 é de R\$393,9 milhões. Esse passivo, em 2006, era de R\$51,9 milhões, que com o acréscimo dos Juros sobre Capital Próprio, totalizou R\$250,3 milhões, liquidado em 2007.

DIVIDENDOS A PAGAR	2007	2006
Dividendos	224.874.897,50	51.959.256,28
Juros sobre Capital Próprio - JCP	169.011.735,99	198.321.281,93
Total	393.886.633,49	250.280.538,21

11.4 – Arrecadação e Recebimentos: do montante de R\$151,3 milhões, destacam-se as obrigações de pagamentos decorrentes de captação de depósitos bancários, na qualidade de correspondente bancário, no valor R\$109,0 milhões; seguida de R\$14,4 milhões referentes aos recebimentos para o Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos – Postalis e R\$10,5 milhões decorrentes das transferências de numerário de terceiros, via serviço de Vale Postal Nacional. Além destas, as demais obrigações que compõem esse grupo estão em destaque no quadro a seguir. Cabe salientar que essas obrigações são liquidadas mensalmente e na forma pactuada.

ARRECADADAÇÃO E RECEBIMENTOS	2007	2006
Captação de depósitos bancários	109.008.466,36	116.891.800,41
Recebimento p/ Postalis	14.447.219,91	12.206.707,71
Emissão vale postal nacional	10.499.291,09	11.114.295,57
Cheque correios - venda	2.990.134,37	3.491.945,07
Venda de produtos de terceiros	2.525.437,19	6.822.832,29
Recebimento de Contas-Serviços Públicos	2.615.942,90	3.324.009,56
Recebimento de Contas-Serviços Particulares	2.327.891,64	3.332.271,88
Reembolso Postal - entrega	1.245.004,79	1.645.692,77
Venda de Título de Capitalização	1.068.652,52	1.410.191,37
Recebimento de Imposto de Importação	1.304.757,29	1.017.587,61
Outros Recebimentos	3.313.504,99	4.583.757,33
TOTAL	151.346.303,05	165.841.091,57



Handwritten signatures and initials, including a large signature and a checkmark.

11.5 – Adiantamentos de clientes: do montante de R\$16,9 milhões de passivo decorrentes de adiantamento de clientes, destaca-se a parcela de R\$3,6 milhões referente ao aporte feito pelo INSS para pagamento de benefícios a aposentados e pensionistas nos primeiros dias de janeiro/2008 e R\$13,3 milhões adiantados por outros clientes por conta de serviços a serem prestados.

11.6 – Contas Internacionais: o valor de R\$18,6 milhões representa as obrigações da Empresa para com as Administrações Postais, Operadores Privados e Cias. Aéreas em face das transações internacionais dos Correios. Esse valor está corrigido pela variação do Direito Especial de Saque – DES.

11.7 – Precatórios e Mandados Judiciais: são obrigações decorrentes de sentenças judiciais, vencíveis em 2008 (curto prazo: R\$23,2 milhões) e a partir de 2009 (longo prazo: R\$125,1 milhões).

PRECATÓRIOS/MANDADOS JUDICIAIS	2007	2006
Precatórios (CP)	23.211.405,15	20.269.885,76
Precatórios (LP)	5.992.391,17	10.521.995,76
Ações de fornecedores (LP)	119.119.975,30	106.343.370,31
TOTAL	148.323.771,62	137.135.251,83

11.8 – Empréstimos e Financiamentos: obrigações decorrentes de financiamentos, em moeda estrangeira, com períodos de amortização entre cinco e dez anos com garantias do Banco do Brasil S/A. Para o exercício de 2008, foram provisionados R\$44,3 milhões, sendo R\$33,9 milhões composto conforme quadro abaixo e R\$3 milhões de juros/comissões sobre estes financiamentos. Nos exercícios seguintes, temos mais R\$133 milhões para os mesmos agentes financeiros.

Além dos valores registrados no Circulante, possuímos o montante de R\$7,4 milhões da IBM do Brasil pelo fornecimento de equipamentos..

AGENTE FINANCEIRO	VIGÊNCIA	SITUAÇÃO DOS CONTRATOS – 31/12/2007				SALDO A LIQUIDAR EM R\$ – 31/12/2007			
		MOEDA	ORIGINAL	PAGO ATÉ 31/12/2007	SALDO	COTAÇÃO	TOTAL	EM 2008	APÓS 2008
KFW (Alemanha)	28/02/2000	EUR	62.129.884,50	33.084.173,29	29.045.711,21	2,60859	75.768.350,17	13.776.073,35	61.992.276,81
JBIC/Marubeni Corporation	12/05/2000	JPY	8.773.868.531	4.317.263.805	4.456.604.726	0,015839	70.588.162,28	14.956.840,08	55.631.322,17
Danske Bank A/S (Dinamarca)	14/06/2000	EUR	18.246.872,50	10.374.799,04	7.872.073,46	2,60859	20.535.012,18	5.133.753,05	15.401.256,16
Totais							166.891.524,63	33.866.666,48	133.024.855,14

11.9 – Participação nos Lucros e Resultados – PLR: o montante de R\$95,0 milhões refere-se à participação dos empregados no resultado positivo do exercício de 2007, que será pago no curso de 2008, conforme Acordo Coletivo de Trabalho, e o valor de R\$431,1 mil refere-se ao saldo remanescente da PLR de 2006, cujo pagamento não foi efetuado em virtude dos empregados envolvidos encontrarem-se afastados.

11.10 – Receitas a apropriar: com um total de R\$10,4 milhões, dentre outros, é composto por R\$6,0 milhões referente às luvas do Banco Postal e R\$2,6 milhões relativo aos recebimentos decorrentes de aluguéis de Caixas Postais que, em face do regime de competência adotado pela Empresa, devem ser apropriadas no curso de 2008 e 2009.

11.11 – Juros Remuneratórios sobre Capital Próprio: o montante de R\$169,0 milhões refere-se ao crédito para a União, acionista único, a título de remuneração do capital próprio. O valor foi calculado pela Taxa de Juros a Longo Prazo (TJLP) sobre o Patrimônio Líquido ajustado nos termos da Legislação vigente e da decisão da Diretoria da Empresa de 19/04/2006.

NOTA 12 - EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

12.1 – Provisões: o montante de R\$224,3 milhões refere-se a provisões constituídas à base de 100% do valor de cada demanda judicial ajuizada contra a ECT, cujo desfecho, foi avaliado pelos consultores jurídicos como de provável perda. O valor contabilizado está atualizado monetariamente até 31/12/2007.

PROVISÕES	2007	2006
Demandas trabalhistas	184.662.455,35	214.867.820,82
Demandas cíveis	39.615.385,98	46.370.816,43
TOTAL	224.277.841,33	261.238.637,25

12.2 – Contingências Passivas: em 31/12/2007, a Empresa era Ré em outras 9.321 demandas judiciais, já com perda em primeira instância, cujo montante pleiteado era da ordem de R\$265,9 milhões. Entretanto, o efeito financeiro e o prazo para desembolso são de difícil mensuração haja vista os diversos recursos que ainda serão impetrados nas instâncias seguintes. De acordo com NBC T 19.7, não cabe provisão para essas contingências em face do risco jurídico ser, ainda, de possível perda. Há também um passivo fiscal não-reconhecido, classificado como perda remota, haja vista a tese de imunidade tributária defendida pela Empresa, em apreciação pelo STF.

12.3 – Tributos compensados: refere-se a valores de tributos não recolhidos e compensados com créditos apurados em trabalho realizado pela IAB – Assessoria Tributária Ltda., em demanda judicial.

12.4 – Outros débitos: o montante de R\$332,9 milhões é composto por R\$19,7 milhões referente a luvas do Banco Postal de agências que serão inauguradas posteriormente a 2008, pela parcela de R\$16,0 milhões pertencente a contratos de prestação de serviços a clientes, em fase de apuração para acerto final de contas e R\$297,1 milhões referente ao processo do Encontro de Contas com o INSS que se encontra sob análise da Advocacia Geral da União. Esta parcela encontrava-se classificada na rubrica *Adiantamento de Clientes* do Passivo Circulante no Balanço de 2006.

NOTA 13 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

13.1 - Capital Social: o Capital Social da Empresa é de R\$1.868.963.891,51, alterado em 2006 conforme Decreto nº 5.672 de 11/01/2006 (DOU de 12/01/2006), pela capitalização dos saldos da Reserva de Investimentos (R\$361,0 milhões) e dos Lucros Acumulados (R\$364,2 milhões).

13.2 - Reservas de Capital/Outras Reservas: o montante de R\$37.804.853,76 refere-se a recebimento de bens em doações de órgãos públicos.

13.3 - Reservas de Lucros/Reserva Legal: o valor de R\$163.522.503,16 representa o destaque de 5% do lucro líquido dos exercícios de 2001 a 2007, em conformidade com o artigo 193 da Lei 6.404/76, e se destina a assegurar a integridade do Capital Social.

13.4 - Lucros Acumulados: o valor de R\$784.915.317,64, representa o saldo dos lucros auferidos pela Empresa, já deduzidos a Reserva Legal e os Dividendos da União.

NOTA 14 - FUNDO DE PENSÃO

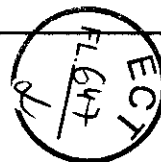
A ECT é patrocinadora de uma entidade fechada de previdência privada complementar, sem fins lucrativos, constituída em 26 de janeiro de 1981, denominada Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos – POSTALIS, que tem por finalidade garantir a suplementação dos benefícios de aposentadoria e pensão a seus empregados e participantes, por meio do Plano de Benefício Definido – PBD e do Plano de Contribuição Definida – PCD. Suas reservas matemáticas são calculadas atuarialmente e revisadas periodicamente.

Atualmente, o PBD não recebe mais adesões e seu saldamento está previsto para o mês de março de 2008, conforme nota 15. O saldo registrado é de R\$622.072.952,98, distribuído entre R\$41.625.819,03 no Passivo Circulante e R\$580.447.133,95, no Passivo Exigível a Longo Prazo.

Em substituição ao PBD, foi instituído em 2005 o Plano de Benefícios de Contribuição Definida – PCD, também conhecido como POSTALPREV, cujo regulamento foi aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar, do Ministério da Previdência Social – MPAS. No entanto, até o momento, a nova modalidade somente está disponível para os empregados recém-contratados ou aqueles que não fazem parte do PBD.

NOTA 15 - EVENTOS SUBSEQÜENTES

- Solução Integrada de Gestão Empresarial – está prevista para ser concluída, ainda no primeiro semestre de 2008, a entrada em produção do módulo de Faturamento e Cobrança em algumas Regionais. Assim, cerca de 65% da receita da Empresa passará a ser gerenciada pelo sistema ERP.



Handwritten signatures and initials, including a large 'A' and a checkmark.

- Conforme citado na nota anterior, o Plano de Benefício Definido do Postalis foi criado em 1981. Este Plano era o mais adequado àquela época e vem beneficiando milhares de pessoas até hoje. No entanto, três décadas depois, ocorreram mudanças no cenário econômico, previdenciário e social não só no nosso país como mundialmente. Assim, surgiu a necessidade de modernizar o modelo de Previdência Complementar e a ECT resolveu pelo saldamento do PBD, previsto para março de 2008, a fim eliminar os problemas estruturais responsáveis pelos custos crescentes verificados nos últimos anos. O valor definitivo das Reservas Matemáticas a Constituir somente será conhecido quando da aprovação do cálculo elaborado pela Stea – Serviços Técnicos de Estatística e Atuária pelos órgãos internos do Postalis na época do saldamento.
- O lucro acumulado de 2007 no valor de R\$393.886.633,49 teve a destinação proposta para aumento do Capital Social da Empresa. Com essa capitalização ele passará de R\$1.868.963.891,51 para R\$2.262.850.525,00 após aprovação do Conselho de Administração e do Ministério da Fazenda.

Brasília-DF, março de 2008.



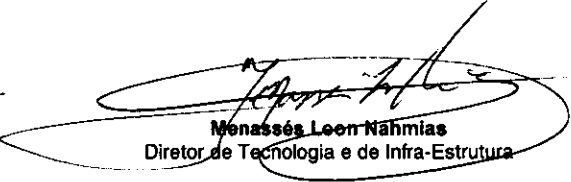
Carlos Henrique Almeida Custódio
Presidente



Decio Braga de Oliveira
Diretor Econômico-Financeiro
Resp/Diretor de Operações



Samir de Castro Hatem
Diretor Comercial



Menassés Leon Nahmias
Diretor de Tecnologia e de Infra-Estrutura



Roberto dos Santos Souza
Diretor de Administração



Maria de Lourdes Rosalem
Diretora de Gestão de Pessoas



Alexandre Fernandes Braga
Contador CRC/ES 009196/O-8 T-DF